

# Metroviários fazendo acontecer

## Metroviários de Fortaleza se organizam e fundam o sindicato

Os trabalhadores da Cia. Cearense de Transportes Metropolitanos (Metrofor), que vão operar o futuro Metrô de Fortaleza, fundaram o Sindicato dos Metroviários na assembleia realizada no dia 20 de julho.

A assembleia contou com a presença de mais de 80 trabalhadores que aprovaram os estatutos da nova entidade, elegeram a diretoria provisória e definiram um plano de luta para enfrentar o processo de estadualização.

Segundo Anchieta, coordenador geral do Sindicato, "o processo de estadualização da Superintendência da CBTU foi prejudicial aos trabalhadores ao não garantir as conquistas asseguradas no Acordo Coletivo Nacional. Estamos sem plano de carreira e o Sindicato dos Ferroviários do Ceará, que deveria defender os trabalhadores, fez o jogo do Governo do Estado, do PSDB, e concordou com o processo de sucessão trabalhista sem consultar a categoria. A fundação do Sindicato abre uma nova perspectiva para os funcionários do Metrofor que necessitam organizar a luta em defesa dos seus interesses no futuro sistema metroviário."

A assembleia contou com a presença de dirigentes nacionais e estaduais da CUT, do Secretário de Política Sindical e Organização da Fenametro, José Innocêncio, e do Secretário de Saúde e Segurança do Trabalho, Cirano Lopes.

## Metroviários na Conferência das Cidades

O Governo Federal, através do Ministério das Cidades, está organizando a 1ª Conferência Nacional das Cidades que será realizada entre os dias 23 e 26 de outubro.

A conferência vai debater a questão da reforma urbana nos seus variados aspectos: política habitacional, política ambiental, transportes, participação popular, bem como o financiamento das políticas públicas.

Além de contribuir nas discussões dos problemas urbanos, os metroviários, através da Fenametro e da CNTT/CUT, vão participar da conferência com o objetivo de garantir que os problemas do transporte público façam parte da agenda do Governo Federal.

## Plano Plurianual do Governo Lula

O vice-presidente da Fenametro, Evandro Lima, e o secretário de imprensa, Ronaldo Lasmar, participaram do Fórum Estadual de Discussão do Plano Plurianual 2004/2007 (PPA).

O PPA é o instrumento que estabelece diretrizes, objetivos e metas para a administração pública federal no período dos próximos quatro anos.

A iniciativa de unir o poder público e a sociedade, envol-

vendo mais de duas mil organizações em todos os estados, não tem precedentes e estimula os trabalhadores e os representantes de entidades populares e democráticas a pensarem um novo projeto para o Brasil.

Evandro Lima e Ronaldo Lasmar afirmaram que as discussões foram amplas e a grande expectativa é que os projetos, preocupações e propostas debatidas durante o evento sejam contempladas no relatório final do governo.

## Audiência pública sobre o Metrô de Salvador

O presidente da Fenametro, Wagner Fajardo, participou como conferencista na Audiência Pública na Câmara dos Deputados, em Brasília, no dia 14 de agosto.

A audiência, proposta pelos deputados federais Daniel Almeida (PCdoB-BA) e Zezeu Ribeiro (PT/BA), debateu os problemas das obras paralisadas do Metrô de Salvador e política tarifária que deverá ser implementada quando iniciar a operação do sistema.

Participaram da audiência o presidente da CBTU, João Luiz da Silva Dias, representando o Ministério das Cidades, e o Subsecretário de Transportes da Bahia, José Henrique Haerter.

Fajardo apresentou a posição dos metroviários em defesa do metrô público e estatal, para garantir um serviço de qualidade e acessível aos trabalhadores, e a necessidade da adoção de mecanismos legais para tributar os grandes empresários, banqueiros e especuladores imobiliários que lucram com o transporte metroviário nas grandes metrópoles.

## Congresso dos Metroviários de Recife

Foi realizado, de 3 a 5 de julho, o III Congresso dos Metroviários de Pernambuco com o tema "Em defesa do Metrô Público e Estatal".

Num clima de unidade e disposição de luta para impulsionar as mudanças necessárias ao país precisa, os 50 delegados e delegadas debateram a conjuntura nacional e internacional, a questão do transporte, a luta contra a estadualização e a organização da categoria.

O congresso debateu, também, a necessidade de impedir a privatização e combater a terceirização que no Metrorec já atinge quase 40% do quadro. Ficou decidido que este debate será ampliado para envolver a sociedade na defesa do metrô público e estatal.

Outro ponto aprovado foi o estabelecimento da cota de gênero na direção da entidade. As poucas delegadas presentes comemoraram a decisão, pois ela abre uma nova perspectiva de ampliação da participação das metroviárias na vida e na luta sindical.

## 1ª Plenária Nacional da Fenametro

Federação organiza a 1ª Plenária Nacional dos Metroviários que será realizada em São Paulo, nos dias 12 e 13 de setembro

A 1ª Plenária Federação Nacional dos Metroviários vai analisar a conjuntura nacional, internacional, a organização da categoria, definir o plano de lutas para o próximo ano, debater as políticas públicas necessárias para a retomada dos investimentos no transporte metroviário, a liberação de verbas para a manutenção e aperfeiçoamento dos metrô em operação, o polêmico processo de estadualização dos sistemas ligados à CBTU (Recife e Belo

Horizonte) e a regulamentação das funções e jornada de trabalho da categoria.

Está prevista a participação de 68 delegados dos seis sindicatos filiados à Federação, de observadores do Sindicato dos Metroviários de Fortaleza, fundado recentemente, além de outros sindicatos de transporte urbano.

As assembleias para a eleição dos delegados nos Sindicatos deverão acontecer até o dia 29 de agosto.

## Plebiscito Oficial da ALCA



A Federação Nacional dos Metroviários está convocando os metroviários de todo o país para contribuírem na coleta de assinaturas no abaixo-assinado que reivindica a convocação de um plebiscito oficial sobre a adesão do Brasil ao Acordo de Livre Comércio das Américas - ALCA.

O abaixo-assinado tem o objetivo de demonstrar aos deputados federais que a população quer a aprovação do plebiscito oficial da Alca, para que possa decidir se o governo deve ou não aderir ao acordo.

No ano passado, durante o plebiscito popular patrocinado pelo Comitê Brasileiro de Luta contra a ALCA, os metroviários contribuíram com a coleta de quase 30 mil votos. Em São Paulo o governo estadual tentou impedir a realização do plebiscito nas estações do metrô, a direção da empresa pressionou os funcioná-

rios e demitiu um diretor do Sindicato por ter contribuído na realização do plebiscito. Com a experiência adquirida no plebiscito anterior, os metroviários têm condições de coletar muitas assinaturas em todo o Brasil para garantir a participação popular nos destinos do país.

### Demissão arbitrária

A Federação Nacional dos Metroviários está empenhada na luta para reverter a demissão do dirigente sindical Alex Fernandes, que representa mais uma agressão do governo Alckmin à livre organização da entidade sindical.

Alex foi demitido por ter contribuído na realização do Plebiscito Nacional da Alca nas estações do metrô.

A Fenametro entregou um ofício denunciando a arbitrária demissão ao Ministro do Trabalho, Jaques Wagner, e enviou cartas aos deputados estaduais, federais, senadores, vereadores da cidade de São Paulo, CUT, DRT, CNTT, ao Fórum Estadual de Luta contra a Alca, aos sindicatos, e está convocando os metroviários de todos os estados para que se manifestem contra esta arbitrariedade que fere a autonomia sindical.

# O Brasil precisa de mais metrô

**A** grande expectativa dos brasileiros com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva para presidente tem se confrontado com a política econômica imposta pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), responsável pela estagnação econômica e o alto índice de desemprego.

Neste cenário de crise o governo precisa mudar o rumo da economia e perseguir o compromisso de mudança que assumiu com o povo brasileiro.

Diante da necessidade de retomar o crescimento, gerar emprego e distribuir renda, é necessário e urgente a retomada do investimento em infra-estrutura e nas áreas sociais.

Para isso o governo precisa reduzir o superávit primário do setor público (receita menos despesa, exceto o pagamento de juros da dívida pública), manter a redução dos juros, e direcionar toda a política econômica no rumo do desenvolvimento, desvincilhando-se da herança maldita deixada por FHC que, até julho, sugou recursos na ordem de R\$ 40 bilhões, ou 5,41% do PIB (Produto Interno Bruto).

O Ministério das Cidades, responsável pelas políticas urbanas, foi o que mais sofreu com o famigerado "contingenciamento" para elevar o superávit primário, provocando o caos em empresas como a CBTU e Trensurb que, além de não conseguir dar continuidades às obras de

expansão e implantação de novos sistemas de transporte metroviário, sofrem a deterioração ainda maior na manutenção dos sistemas existentes sucateados pelo governo FHC.

A gravidade da situação reflete, também, nos sistemas que não são administrados pelo Governo Federal mas dependem de investimentos e recursos do Tesouro e do BNDES, impedindo a expansão e a correção de problemas nas atuais linhas metroferroviárias que estão em operação em São Paulo, Rio de Janeiro e Distrito Federal.

A insuficiência ou mesmo ausência de um transporte público estruturador prejudica a população e compromete o desenvolvimento.

Este tema será debatido Conferência das Cidades, prevista para ocorrer em todo o país, cujos resultados traduzirá as expectativas da sociedade brasileira comprometida com os destinos do país e que pensa a organização urbana em seus diversos contextos.

Na Conferência os metroviários estarão com suas preocupações focadas na construção de uma política de mobilidade urbana, que rompa com o favorecimento ao transporte rodoviário e principalmente ao transporte individual, garantindo investimentos no transporte público sobre trilhos nas grandes metrópoles, beneficiando os trabalhadores que necessitam de um transporte público, estatal eficiente e com tarifas acessíveis.

## Conselho de Administração da CBTU Representação dos Trabalhadores

A participação do presidente da Fenametro, Wagner Fajardo, no Conselho de Administração da CBTU, responsável pelos metrô de Recife e Belo Horizonte, tem garantido o debate dos problemas dos trabalhadores nas instâncias de direção da empresa.

Fajardo apresentou relatórios dos problemas que encontrou nos metrô de Belo Horizonte, Recife e nas Superintendências de Transporte Urbano (STU's) de Natal, João Pessoa e Maceió. As condições encontradas nas inspeções que realizou revelam o descaso da gestão FHC com o transporte público e o desrespeito aos trabalhadores da CBTU.

Alguns exemplos são graves: nas STU's de João Pessoa e Maceió os maquinistas se alimentam nas cabines das locomotivas; no metrô de Recife os trabalhadores se cotizam para comprar água, pois não há bebedouros nos locais

de trabalho e, no metrô de Belo Horizonte 60% dos trabalhadores são terceirizados.

Na maioria das superintendências a situação só começou a mudar recentemente, pois os responsáveis eram remanescentes do governo anterior.

Além das péssimas condições de trabalho e do descaso com o bem público, o que mais incomoda os trabalhadores é o excesso de cargos de confiança que, em algumas STU's, chegam a ocupar 20% do quadro de funcionários.

Com o objetivo de motivar os trabalhadores e garantir um espaço democrático de discussão na empresa para corrigir os problemas, Fajardo propôs ao Conselho de Administração a realização do seminário "a CBTU que queremos".

A proposta prevê que o seminário

inicie nas áreas de cada unidade, com a eleição dos representantes para outras etapas, até a realização do Seminário Nacional com representação dos trabalhadores de todas as empresa garantida.

Outra proposta encaminhada é a eleição de um Conselho de Representantes dos Funcionários por Superintendência, com a função de discutir as diretrizes de trabalho, apresentar propostas, críticas e sugestões dos trabalhadores em cada STU.

Após seis meses da posse do novo Conselho de Administração, Wagner Fajardo está cobrando a realização das eleições para a escolha do representante dos trabalhadores, pois o compromisso da Fenametro foi o de participar temporariamente e buscar a efetiva representação através do processo eletivo com a democrática participação de todos os funcionários da CBTU.

# Campanha Salarial dos metroviários nos estados

## Rio de Janeiro



Os metroviários do Rio de Janeiro, funcionários da operadora privada Opportrans, após 45 dias de campanha conquistaram, 16% de reposição salarial, reajuste do tíquete para R\$ 12,00 e do auxílio creche para R\$ 260,00.

Os trabalhadores da Rio Trilhos, que após a privatização ficou responsável apenas pelo planejamento, projeto e expansão do metrô, enfrentam a intransigência do governo estadual que, com a alegação de falta de recursos, não apresentou nenhuma proposta de reposição das perdas salariais.

Além do reajuste, os metroviários da Rio Trilhos reivindicam o aumento do tíquete refeição para R\$ 13,50, 5% a título de produtividade, o descongelamento dos triênios - hoje acumulado em 50%, a retomada das promoções na horizontalidade da tabela e a implantação do plano de cargos na empresa.

## Porto Alegre



Os metroviários do Rio Grande do Sul tiveram uma campanha salarial difícil. A Trensurb, empresa ligada ao Ministério das Cidades que administra o metrô gaúcho, frustrou as expectativas democráticas dos trabalhadores. A direção da empresa, composta por ex-dirigentes sindicais, iniciou as negociações propondo retirar direitos do Acordo Coletivo e não apresentou nenhuma proposta econômica.

Diante da intransigência, os metroviários realizaram uma greve de oito dias e foram surpreendidos com o pedido de abusão do movimento, por parte da empresa, que faria inveja aos mais reacionários advogados trabalhistas da era FHC.

Após o julgamento no Tribunal Regional do Trabalho (TRT), que não atendeu as reivindicações da categoria e nem contemplou a direção da empresa, a Trensurb formalizou uma proposta prevendo o acréscimo de R\$ 62,42 nos salários, reajuste do aumento do tíquete para R\$ 13,46, reajuste do auxílio creche para R\$ 150,00, jornada semanal de no máximo 40h, aumento do adicional risco de vida para 20%, aumento do adicional quebra de caixa para 12%, manutenção do Acordo Coletivo, retomada das negociações em janeiro de 2004.

Os metroviários aceitaram a proposta, condicionada ao pagamento dos dias parados, e finalizaram a luta da campanha salarial que exigiu uma grande mobilização e uni-

dade da categoria.

## Brasília



Com a intransigência da empresa em não apresentar nenhuma proposta de reajuste salarial, o Sindmetro-DF impetrou uma ação de dissídio coletivo no TRT e mobilizou a categoria para enfrentar o reacionário governo Roriz, conseguindo firmar uma acordo parcial que ampliou as cláusulas sociais.

Como não houve acordo no reajuste dos salários e benefícios, TRT julgou as cláusulas econômicas e de benefícios, determinando o reajuste salarial de 7,5%, abono salarial em doze parcelas de R\$ 100,00, 10% de reajuste no auxílio alimentação e auxílio creche, divisão das férias em até dois períodos, adicional de quebra de caixa, repasse do plano de saúde, abono assiduidade de cinco dias por ano, recesso de natal e ano novo, além de outras cláusulas importantes.

Porém, a maior vitória dos trabalhadores foi a determinação judicial que impediu o Metrô de ter trabalhadores terceirizados recebendo salários maiores do que os funcionários do Metrô e exercem as mesmas funções, como os pilotos e agentes de estação que recebem salários inferiores aos terceirizados da Alstom.

O desafio agora é lutar para que esta cláusula seja respeitada e exigir que o Metrô implante uma política de valorização dos metroviários.

## Recife e Belo Horizonte



Os metroviários de Recife e Belo Horizonte, que são funcionários da CBTU, ligada ao Ministério das Cidades, depois de muito tempo fecharam o acordo coletivo no mês de junho.

Mesmo assim, para pressionar a apresentação da proposta econômica, realizaram uma greve, que em Recife foi de 24 horas e em Belo Horizonte foi de 72 horas.

O acordo firmado na mesa de negociação prevê uma abono de R\$ 62,42, incorporado aos salários no final de 12 meses, reajuste do tíquete para R\$ 13,43, adicional de risco de vida de 30% de para os segurados, auxílio materno-infantil de R\$ 57,21, aumento no reembolso do Plano de Saúde, entre outros benefícios sociais e

econômicos.

Outra conquista importante foi o compromisso da CBTU em não promover novas terceirizações e adotar medidas para acabar com as terceirizações irregulares.

Para debater o Plano de Cargos e Salários, e outras cláusulas econômicas e sociais, foi formada uma mesa permanente de negociação entre os Sindicatos e a empresa.

Um dos pontos que será discutido nessa mesa de negociação é a intransigência da direção da CBTU que se recusa a pagar os dias parados em função da greve.

## São Paulo



Na mais longa campanha salarial da sua história, os metroviários paulistas conquistaram uma grande vitória na luta e nos tribunais.

Durante toda a campanha salarial a empresa e o Governo do Estado mantiveram o constante ataque aos direitos e conquistas da categoria e, para evitar a greve, o Tribunal Regional do Trabalho (TRT) julgou o dissídio coletivo, mantendo todo o acordo anterior e determinando o reajuste de 18,13%, a negociação e registro do Plano de Carreira na DRT, hora extra a 100%, estabilidade de 90 dias, adicional risco de vida (10%) estendido aos bilheteiros e aviso prévio proporcional de cinco dias por ano trabalhado.

O Metrô não acatou a sentença e a categoria realizou a greve nos dias 17 e 18 de junho, que foi suspensa quando o Tribunal Superior do Trabalho (TST) se propôs a intermediar uma negociação antes de avaliar o pedido de efeito suspensivo do Metrô.

Com a impossibilidade de acordo, o presidente do TST determinou o parcelamento do reajuste em três vezes, com 12,13% pagos a partir de maio, e 3% em janeiro e março de 2004.

Para não cumprir a determinação judicial, o Metrô e o governo estadual recorreram ao Supremo Tribunal Federal (STF) e, novamente, foram derrotados.

A empresa foi obrigada a cumprir a sentença, mas a direção do Metrô e o governador Geraldo Alckmin continuam atacando as conquistas da categoria, atrasando pagamento, cancelando férias e ameaçando demissões.

No dia 14/8 o TRT julgou a greve não foi abusiva, determinou o pagamento dos dias parados e ampliou a estabilidade por mais 90 dias.